

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e
4 quatro, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de
5 Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a
6 presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria
7 de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Anderson de Souza Sant'Ana, Célio
8 Hiratuka, Claudio Francisco Tormena, Hernandes Faustino de Carvalho, José Luis Pio Romera,
9 Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Marisa Masumi Beppu e Verónica Andrea González-López.
10 Como convidados, compareceram a senhora Lina Amaral Nakata e os professores Fernando
11 Augusto de Almeida Hashimoto e Ricardo Miranda Martins. Justificaram ausência à Sessão o
12 professor Claudio Saddy Rodrigues Coy, sendo substituído pelo professor Hernandes Faustino
13 de Carvalho; e o professor Cesar José Bonjuani Pagan, sendo substituído pela professora
14 Verónica Andrea González-López. Informa que houve alterações nas representações: desde
15 21.12.23, o senhor José Luis Pio Romera passou à titularidade da representação dos servidores
16 técnico-administrativos no lugar do senhor Matheus da Silva Marcheti Martins, que passou à
17 suplência. E a partir de 1º de janeiro de 2024, a representação discente passa a ter como titular
18 a acadêmica Kethlyn Kethriny da Costa Brito e como suplente o acadêmico Kaylan Rodrigues.
19 Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Sexagésima Quarta Sessão
20 Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma presencial. Submete à
21 apreciação a Ata da 163ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de novembro de 2023, consultando
22 se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 05
23 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 03 itens, iniciando pelo item 01 – 01-D-50813/2022 –
24 , que trata da Terceira Revisão do Orçamento 2023 – Fechamento, com Demonstrativo
25 Receitas/Despesas. Ressalta a importância para a Universidade desse instrumento das revisões
26 orçamentárias. Não é fácil fazer previsões tanto de receitas, quanto de despesas; esse é um
27 exercício que exige uma metodologia apurada, dadas as vicissitudes que possuem nas várias
28 dimensões, inclusive política, e com a antecedência que é feita a PDO, de agosto para setembro.
29 Então, é com muita antecedência que a sinalização por parte da Secretaria é dada à
30 Universidade, para a sua tomada de decisão. Dessa forma, são fundamentais as revisões para
31 ajustarem as previsões ao longo do período. Houve uma frustração importante de receita, uma
32 redução significativa na PDO entre a previsão e o que efetivamente ocorreu. A queda do
33 Recurso do Tesouro da ordem de R\$122 milhões em relação à previsão se deve principalmente
34 à evolução dos preços administrados. Fizeram na Aeplan e na PRDU um exercício para 2023
35 comparando a arrecadação dos preços administrados de 2023 contra 2022, e houve uma redução
36 de quase R\$7 bilhões no total do ICMS. Pegando só a quota-parte do Estado, isso cai para R\$4,7
37 bilhões que deixaram de arrecadar, comparados a 2022, e pegando a parte das universidades,
38 os 9,57%, isso dava um valor próximo de R\$600 milhões, e a parte da Unicamp R\$90 milhões.
39 Por outro lado, também houve uma menor despesa prevista, mas não há muito o que
40 comemorar, porque essa menor despesa se deve, na verdade, à dificuldade que tiveram no

1 período, sobretudo do ponto de vista de contratações, seja a contratação docente, seja a
2 contratação Paepe. Gostariam de ter realizado todas as despesas, então não é para se
3 comemorar; não houve nenhum tipo de contingenciamento, a principal queda se deu no Grupo
4 1, em relação à folha, ainda que tivessem já estabelecido em 2023 o vale-refeição. Sobre a
5 receita própria, todos sabem que a sua principal composição é a receita financeira, e destaca
6 que o acerto da gestão foi, com fundamental participação da Aeplan, da PRDU, da DEA, em
7 conversa junto à diretoria do Banco do Brasil, manter os recursos da Universidade, que estão
8 no Fundo Tulipa, dentro da modalidade conservadora, que é uma das possibilidades que o
9 Banco do Brasil oferece às três universidades, enquanto a USP manteve seus recursos no
10 moderado. Foi algo orientado nessa reunião pelo Banco do Brasil, dado o estresse que teve o
11 mercado em 2023, provocado pela questão das Americanas, sobretudo com os títulos de dívida
12 privados, que têm uma composição razoável dentro do fundo moderado. Embora, em geral, ele
13 seja mais agressivo do que o fundo conservador, ele teve uma participação em relação ao CDI
14 menor do que teve o fundo conservador. Então, ficaram muito próximos dos 100% do CDI, o
15 que lhes permitiu uma previsão de R\$14 milhões a mais em termos financeiros no período,
16 ainda que tenha sido um período de redução de taxa de juros. Passa a palavra ao senhor Thiago
17 para que faça a apresentação da terceira revisão. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz
18 que a terceira revisão orçamentária é o fechamento de 2023. Em termos gerais, não aconteceu
19 nenhuma mudança significativa, nova despesa, nova receita nesse momento, é mais um
20 fechamento mesmo do que tinha sido aprovado. Considerando todas as receitas e as despesas
21 de 2023, a Universidade fica em um déficit de R\$46 milhões, o que significa que a Universidade
22 gastou R\$46 milhões a mais de despesas em relação a todas as receitas, e isso saiu do saldo
23 financeiro, da reserva financeira. Quando pegam essas despesas tratando somente com as
24 Receitas do Tesouro do Estado, a despesa chega em 110% das Receitas do Tesouro do Estado.
25 Entrando na receita, informa que tiveram uma queda de 2,25% frente ao estimado inicialmente,
26 e perdem algo de arrecadação em torno de R\$80 milhões, o que faz as receitas chegarem a
27 R\$3,464 bilhões. Quando entram na maior receita, que é a do ICMS, veem que iniciaram o ano
28 com o ICMS previsto de R\$150,5 bilhões, um valor nominal muito próximo do realizado em
29 2022. Já na primeira revisão esse número é reduzido a R\$144,1 bilhões, e no final do exercício
30 o estado até chega a fazer uma nova previsão, de R\$145,1 bilhões, mas no final mesmo os
31 R\$144,1 bilhões não se realizam, ficam em R\$144,050. O que significa isso de fato para a
32 Universidade é que a arrecadação geral da quota-parte do estado foi R\$6,45 bilhões menor do
33 que estimado inicialmente, o que reflete na Universidade uma perda de arrecadação de R\$141
34 milhões. Esses R\$141 milhões ainda são reduzidos em R\$19,3 milhões, que é a diferença de
35 arrecadação entre o que lhes foi pago em 2022 e o que se realizou de fato. Então, como a
36 Secretaria tinha passado um recurso menor em 2022, ela faz esse acerto em 2023, o que seguiu
37 essa perda em R\$122 milhões. Quando tratam no mês a mês, verificam pelo gráfico que iniciam
38 o exercício com uma previsão de R\$150 bilhões, mas já em abril a Secretaria da Fazenda muda
39 essa previsão e começa a trabalhar em um patamar muito menor, de R\$144,1 bilhões. E em
40 dezembro, ela sobe essa previsão para R\$145,1 bilhão, só que, de fato, entre o previsto e o

1 efetivamente realizado, foi R\$1 bilhão a menos. O que nesta revisão aparece com R\$20 milhões
2 a mais de diferença de 2022, em 2024 vai ser o oposto disso, vai haver uma redução, que já
3 aconteceu no repasse de janeiro, e vai até explicar um dado que vai apresentar no futuro. Mesmo
4 na segunda revisão, o gráfico mostra que as arrecadações ficaram basicamente nesse previsto,
5 começando a indicar que esses R\$144 bilhões não vão mais sofrer grandes alavancagens,
6 quedas, mas é o novo patamar de arrecadação da Universidade. Isso significa que em 2023, em
7 valores reais, estão muito mais próximos a uma arrecadação antes da pandemia, em 2019, do
8 que aconteceu de fato nos últimos dois anos. Então, a perda de arrecadação em valores reais é
9 muito significativa frente aos últimos dois anos, e principalmente após agosto já começa a
10 redução da arrecadação, frente às novas mudanças das alíquotas de ICMS e a redução dos
11 preços da alíquota sobre os preços administrados. Também não é só isso; nesse momento,
12 também começa a haver um recuo do baú do petróleo, e a própria gasolina começa a recuar.
13 Então, aquele pico de arrecadação que tiveram no início de 2022 cai por esses dois motivos,
14 principalmente pela queda do ICMS. E desde outubro já estão vivendo nesse novo patamar de
15 arrecadação, que talvez seja um novo patamar, que segue para os próximos anos, com o
16 crescimento de inflação e o crescimento real da economia. Além da quota-parte, a Universidade
17 recebe alguns recursos extraordinários, já haviam sido mostrados os R\$8 milhões para a
18 abertura de leitos da UTI pediátrica, recebem mais R\$160 mil da Secretaria do Estado para a
19 realização da Oficina de Regionalização da Saúde do Estado de São Paulo, aqui na Unicamp.
20 Da mesma forma que entram as receitas, entram as despesas no Grupo IX, nos Projetos
21 Especiais. Então, é o estado passando recursos para a Unicamp realizar ações de interesse da
22 própria Secretaria da Saúde. Além disso, o que entram de recursos extraordinários são as
23 emendas parlamentares impositivas e transferências voluntárias, que pelo segundo ano foram
24 executadas dentro do orçamento da Universidade, vindo como recursos do Tesouro do Estado.
25 Antes isso vinha por meio de convênio, agora está entrando dentro do orçamento, e trazem aqui
26 mostrando que a Universidade foi contemplada com R\$21,5 milhões, dos quais R\$20,7 foram
27 executados para a área da Saúde e R\$350 mil na área da Educação. Aqui é importante dizer que
28 como entram emendas específicas, se a emenda é para aquisição de um equipamento, talvez
29 esse equipamento ficando mais barato não se gaste o valor total, então não tem como executar,
30 e é até um pouco do motivo de a execução ser menor do que é distribuído. Então, voltando a
31 frisar, é extra quota-parte, é fora dos 2,1958%, são recursos cujas receitas entram e
32 automaticamente já saem como despesa no Grupo IX. Voltando às receitas, entra na receita
33 própria, mostrando no gráfico um pouco do que o professor Fernando já disse, que essas receitas
34 das aplicações financeiras vêm subindo até a segunda revisão, e com a redução da taxa básica
35 de juros da economia, principalmente nos últimos meses, esse valor vai se segurando aqui.
36 Quando olham o número real, as maiores arrecadações foram no período anterior a essa queda
37 da taxa de juros, e também no final do ano, com o pagamento de décimo terceiro, a reserva
38 abaixa um pouco e abaixa essa arrecadação. Entraram as doações, outras receitas da
39 Universidade, tudo se mantendo como estava previsto na segunda revisão, então fecham esse
40 valor com R\$13,6 milhões a mais do previsto inicialmente. As despesas também não se

1 executaram no valor total, elas ficaram 8,5% menores do que estimado inicialmente, fechando
2 em R\$3,5 bilhões, com uma redução de despesas de R\$325 milhões que não se realizaram.
3 Apresenta uma tabela de movimentação de quadro pessoal, com número de admissões,
4 promoções, demissões, aposentadorias e falecimentos, que não estava na pauta, e solicita que
5 seja incluída na votação, para que seja levada às pautas da CAD e do Consu. Entrando nas
6 despesas de fato, informa que a despesa do Grupo I - Pessoal continua acima do previsto
7 inicialmente, mas a redução frente à segunda revisão é baseada principalmente na não execução
8 das contratações que haviam sido previstas, pois muitos desses concursos começaram a chamar
9 os aprovados somente no final do exercício. No Grupo II - Sentenças Judiciais, pagam todas as
10 sentenças, o que apresenta é apenas uma correção do que havia sido estimado. Nos Grupos III
11 - Utilidade Pública e IV - Restaurantes e Transportes, principalmente no item restaurantes, já
12 vinham indicando que estavam prevendo acima do que estava sendo gasto mensalmente, o que
13 continua acontecendo até o final do ano e com isso há uma redução nessas despesas. Nesse
14 caso, gastaram menos, mas não gera nenhum recurso para o futuro. No Grupo V - Despesas
15 Contratuais o mesmo caso, a redução no final do ano é algo até esperado, porque muitos dos
16 contratos são baseados em estimativa, em uso, e o que não se realiza na utilização desses
17 contratos gera um valor menor no final do exercício. No Grupo VI - Programas de Apoio, o
18 aumento é apenas um rearranjo dos recursos dentro das rubricas: recurso que sai do Grupo VIII,
19 que sai das Receitas Próprias, que sai do Grupo X de anos anteriores, que vêm sendo realizados
20 aqui, sem nenhuma grande mudança. No Grupo IX - Manutenção de Atividades Existentes,
21 esse valor sobe para R\$129 milhões, e isso é basicamente o que explica o gráfico de Projetos
22 Especiais. Todos os recursos que foram aprovados, como aqueles que entram da Secretaria da
23 Saúde do Estado de São Paulo, entram em Projetos Especiais, mas são executados na
24 Manutenção das Atividades Existente, no custeio, assim como todas as suplementações para o
25 HC. Portanto, não existe nenhuma aprovação maior do custeio das unidades, dos hospitais, além
26 do que entrou em Projetos Especiais. O Grupo IX - Receitas Próprias teve uma redução baseada
27 principalmente na transferência de recurso a outras rubricas, e como sempre no final do
28 exercício zeram o Grupo X - Créditos a Conceder/Não Empenhados, uma vez que orçamentam
29 a despesa aprovada em anos anteriores. O que não se realizou nos grupos anteriores é zerado,
30 porque esses números são levados para a proposta orçamentária de 2024. Mostra um quadro
31 com uma visão geral do que aconteceu nas despesas, e percebem que o Grupo Pessoal gastou
32 mais do que estimado inicialmente, muito devido ao reajuste salarial, e esse reajuste ajuda a
33 explicar a queda no valor de Projetos Especiais, pela redução dos recursos que estavam no
34 reserva de contingência para a data-base. O aumento na Manutenção das Atividades Existentes
35 é fruto das novas despesas aprovadas durante o ano no Grupo VIII mas são transferidas para o
36 Grupo VII. Observa que quando iniciaram o ano, estavam em um equilíbrio, em um zero a zero,
37 considerando as Receitas do Tesouro do Estado e as Receitas Próprias, e para arcar com os
38 recursos do Grupo X, de valores não empenhados, faziam uso de R\$292 milhões de receitas de
39 saldo financeiro que já existia em caixa. É esse saldo financeiro que não executam que ajuda a
40 explicar a próxima tabela que apresenta: enquanto fala em déficit, uma diferença entre as

1 receitas e as despesas que realmente se realizaram em 2023, a tabela mostra o que foi previsto
2 de realização para 2023 e o que de fato se realizou. A receita realizada foi R\$80 milhões menor,
3 e as despesas, como já explicado, R\$325 milhões, mas lembra que usavam também, para chegar
4 ao equilíbrio para arcar com o Grupo X, os R\$292 milhões, esse dinheiro que quando não é
5 utilizado aparece como saldo nessa planilha. Então são esses R\$246 milhões que aparecem
6 como superávit, é o saldo das despesas que não se realizaram, mas já haviam sido aprovadas.
7 Esse superávit é entre o aprovado e o real executado, só que já estão transferindo para o ano de
8 2024 R\$276 milhões. Isso é fruto de esse Grupo X estar dentro da proposta orçamentária, esse
9 saldo dos anos anteriores, e ele já entra em valor superior em 2024. Em seguida, apresenta uma
10 comparação do que aconteceu nos fechamentos de anos anteriores; observa que fecharam 2021
11 executando 81% da RTE, em 2022 isso passa para 92,2% e 2023 fecha em 110% do executado.
12 A diferença verificada nesses três anos se deve ao fato de que em 2021 e 2022 acumulam
13 recursos, e em 2023 passam a utilizá-los. Fica aberto a questionamentos. O senhor JOSÉ LUIS
14 PIO ROMERA diz que durante o ano passado, na primeira e segunda revisão, projetava-se um
15 déficit e o sindicato tinha em pauta R\$10 mil de abono para todos, que a USP havia pago e a
16 Unicamp não, assim como a questão do auxílio-saúde. Ao longo de todo ano, vinham cobrando
17 a reunião de negociação, até porque não era mais uma questão de reajuste salarial, era uma
18 questão do saldo que tinha em caixa. Seria um pagamento pontual, no caso dos R\$10 mil, e o
19 auxílio-saúde era uma discussão para ter uma negociação, que a própria bancada do Consu
20 apresentou formalmente, via Sigad, todos assinaram. O conselheiro Matheus Marcheti foi quem
21 encaminhou a proposta de auxílio-saúde, uma proposta que discutiram na bancada, que a
22 ADunicamp e o STU já haviam solicitado formalmente para a Reitoria, inclusive. A
23 argumentação era que se fizeram muitas promoções, progressões, e as entidades responderam
24 que isso é o que a Administração tem que fazer mesmo, é o cotidiano, progressão, promoção.
25 Isso está no dia a dia da Universidade; a solicitação das entidades é de algo a mais. Reconhecem
26 que houve a instituição do vale-refeição em 2023, depois de mais de 10 anos na pauta do
27 sindicato, desde 2011, mas o argumento era que projetavam tanto na primeira como na segunda
28 revisão um déficit, e agora verificam que houve um superávit de R\$246 milhões. O que vale é
29 o que foi pago, então sobraram no caixa R\$246 milhões. E se não falarem isso aqui, vai
30 acontecer o mesmo que ocorreu no dia 19 de dezembro, quando as universidades foram
31 chamadas pela Secretaria da Fazenda e pressionadas a devolver o recurso que estava em caixa,
32 segundo relato do Reitor da Unesp, que é o atual presidente do Cruesp, mas conseguiram
33 convencer a Secretaria. Esses R\$246 milhões pagariam os R\$10 mil de abono para todos e ainda
34 sobraria superávit. A Reitoria tem uma reunião agendada com a ADunicamp no próximo dia 4,
35 o STU não foi chamado, mas estão mantendo o pedido de R\$10 mil de abono para todos e
36 também uma proposta de auxílio-saúde. A USP pagou os R\$10 mil, no caso dos docentes era
37 uma proposta diferente, que variava de R\$27 mil a R\$30 mil, a ADunicamp chegou a apresentar
38 uma proposta, então o sindicato vai continuar batendo nessa questão, porque o abono é pontual,
39 ele vai tirar um dinheiro do caixa e não vai ficar pendurado na folha, não vai agregar. A
40 preocupação em relação ao governo do estado também é do sindicato, porque o governo não

1 reajustou a base de cálculo do ICMS; o Confaz já autorizou o estado a recompor os preços
2 administrados de 18% para 20%, vários estados já fizeram isso, e São Paulo ainda não fez, fez
3 um acordo com a Fiesp para manter do jeito que está, em 18%, pelo menos ele ficou de avaliar
4 agora em 2024. Ou seja, da parte do governo Tarcísio sabem que existe essa questão da péssima
5 administração financeira, transferindo o recurso do estado para os empresários; é isso o que
6 acontece quando ele não cobra o imposto na base que vinha sendo cobrado no Estado São Paulo.
7 O sindicato vai fazer uma denúncia para o Tribunal de Contas em relação a isso, para que o
8 Governador tenha as contas rejeitadas em 2023, por ter feito isenções de ICMS sem base legal,
9 uma vez que ele está autorizado a elevar as alíquotas e não está fazendo isso. Fora isso, a
10 Universidade tem como atender às reivindicações da ADunicamp e do STU, já que esse Grupo
11 X, como vem falando há muito tempo, é despesa em duplicidade. Inclusive o professor Antonio
12 José, quando era membro da COP, dizia a mesma coisa. Lembra que o professor Marcelo
13 Knobel comentou em sua gestão que o governo queria tomar da Universidade os R\$500 milhões
14 que havia de superávit. Se é um recurso que não está empenhado, para o Siafem é superávit, e
15 verão quando publicar o balanço das universidades. No balanço do estado publicado no dia 30
16 de janeiro, houve uma queda real na receita corrente líquida de cerca de 4%, também uma
17 elevação tanto no endividamento como na despesa de pessoal do Estado, além de uma redução
18 no saldo em caixa. Porém, ainda há R\$30 bilhões de saldo em caixa no estado, sendo R\$10
19 bilhões deles de saldo das universidades. Então é um risco muito grande que a Universidade
20 corre deixando isso parado, pois para o Siafem esse dinheiro é livre; na sua opinião é melhor
21 transferir esse recurso para salário, porque senão vão ficar sendo chamados todo final de ano
22 no governo do estado, tendo em vista que, segundo o professor Pasqual Barretti, Reitor da
23 Unesp, a lógica é acabar com a autonomia das universidades. No dia 18 de dezembro, tiveram
24 reunião com o Secretário de Ciência e Tecnologia, professor Vahan, e ele disse que o Tarcísio
25 gosta das universidades; falou que sua visão não era essa, mas que esperava que ele, que está
26 dentro do governo, tenha razão. Espera que na reunião do dia 4 com a ADunicamp, mesmo que
27 o sindicato não seja convidado, o professor Sarti diga que a Universidade tem o recurso tanto
28 para pagar o abono para servidores Paepe e docentes quanto o auxílio-saúde, já que houve um
29 superávit de R\$246 milhões no exercício 2023. A Professora VERÓNICA ANDREA
30 GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que às folhas 9 consta um quadro muito interessante que menciona
31 os ativos e aposentados, e há um rastreamento da situação que pega alguns períodos. Pergunta
32 se há alguma avaliação desse rastreamento dos ativos e aposentados, porque estão falando de
33 valores incluídos na folha de pagamento a longo prazo. E se há um quadro que possam mostrar
34 ou uma avaliação dos ativos, tanto docentes quanto técnico-administrativos, e aposentados, para
35 entenderem o quadro geral que impacta a Universidade ano a ano, nessa previsão orçamentária.
36 Gostaria de entender o tamanho dessa folha, e também por categorias, o quanto é docente, o
37 quanto é técnico-administrativo. Foi interessante essa movimentação que o senhor Thiago
38 trouxe agora, do quadro de pessoal, porque ilustra bem como essas diferentes categorias se
39 comportam, claro que nesse caso quanto à contratação etc. E acha que isso conversa muito bem
40 com a fala que foi feita anterior à dela, os impactos que teriam se forem pleitear A, B ou C,

1 então gostaria de entender melhor esse quadro. A segunda pergunta se refere ao grupo de
2 Projetos Especiais: às folhas 12, o item 6, da suplementação de recursos para o HC, teve sua
3 previsão orçamentária caindo no ano passado, e pergunta em virtude do que houve essa queda,
4 que entende como uma coisa boa, pois o HC foi precisando de menos recurso, ao que parece.
5 Se houve projetos complementares, pensando no futuro, para que busquem esses subsídios que
6 os ajudaram a aliviar, de alguma forma, essa previsão, se esses subsídios repetirão para o HC.
7 Faz essas perguntas porque está como suplente na COP, então perde algumas reuniões e se
8 perde nessa avaliação geral. O Professor CÉLIO HIRATUKA diz que tem uma dúvida bem
9 pontual em relação às despesas de 2023: há uma despesa bastante significativa, das horas extras
10 do HC e do Caism, e pergunta se é uma variação recorrente, se é uma variação que não estava
11 prevista, para tentar entender um pouco o que que ocasionou essa mudança e aumento de
12 despesa. Até comparando com a suplementação, é um valor de R\$20 milhões contra R\$8
13 milhões, portanto é um valor bastante significativo, então gostaria de entender um pouco melhor
14 essa rubrica. O SENHOR PRESIDENTE, respondendo ao senhor José Luis, diz que é
15 fundamental que a COP seja uma esfera importante de esclarecimento para toda a comunidade.
16 As reuniões são gravadas, e nela tratam de vários termos técnicos que nem todos têm obrigação
17 de conhecer. O papel da COP é de esclarecer, não de confundir, então é fundamental se referir
18 à primeira questão que o senhor José Luis colocou sobre superávit. Se atentarem para o que está
19 aqui, dizem superávit dentro de um exercício, o que entrou de receita e o que saiu de despesa
20 nesse período. Às folhas 18 do documento, verificam o demonstrativo de receita e despesa:
21 entraram na Universidade em 2023, do orçamento aqui realizado, R\$3,464 bilhões. Recebem a
22 autorização do recurso, é disso que se trata a PDO, uma autorização dada em cima de uma
23 expectativa que o governo tem de receita, que era da ordem R\$150 bilhões, e desses, a parte da
24 Unicamp ficaria em R\$3,3 bilhões. Isso era o Recurso do Tesouro do Estado, fora o que a
25 Universidade possui de recursos de receita própria. Essa era uma expectativa, por isso depois
26 vão fazendo as revisões. Então, primeiro é dada uma autorização, que a Aeplan tem de
27 preencher informando como a Universidade pretende gastar esses R\$3,3 bilhões, o quanto vai
28 ficar para custeio, o quanto vai para folha, o quanto vai ser destinado a investimento. Isso está
29 lá colocado e vão tendo que fazer alterações quando há sinalizações diferentes. Como o senhor
30 Thiago explicou em sua apresentação, em algum momento a própria Secretaria disse que não
31 era mais R\$150 bilhões a previsão, mas sim R\$144 bilhões, então que a Universidade fizesse
32 sua revisão. Portanto, recebem uma autorização para esses gastos e vão recebendo mensalmente
33 esses recursos, de acordo com a previsão de cada mês. Por exemplo, para janeiro de 2024 a
34 expectativa é de R\$12,5 bilhões, então o estado repassa recursos à Unicamp proporcionalmente
35 a essa previsão, em duas parcelas: a primeira parcela, que é exatamente a que cobre a principal
36 despesa, que é a folha, e depois uma outra parcela no dia 20. Se a previsão foi superior, isso é
37 dado como complementação na previsão para fevereiro. Se é frustrada aquela previsão, é
38 retirado da Universidade esse recurso no início de fevereiro, com base já na nova previsão de
39 fevereiro. É assim que vai se fazendo o orçamento efetivo. Então, se pegarem exatamente o que
40 entrou em 2023, mês a mês, e o que gastaram no ano, há um superávit no exercício, mas solicita

1 que leiam a linha do subtotal do quadro das folhas 18: entraram R\$3,464 bilhões, e a
2 Universidade realizou R\$3,503 de despesas, o que resulta em um déficit de R\$46 milhões.
3 Portanto, não há nenhum superávit aqui. Quando montaram a peça orçamentária em cima
4 daquela previsão, saíram de um patamar zero, imaginando o que entraria de receita, colocaram
5 despesas no mesmo valor, porque era a previsão lá atrás, mas por conta desse comportamento,
6 que o senhor Thiago detalhou aqui de receitas e despesas, entre o que entrou e o que saiu de
7 recurso, gastaram R\$46 milhões a mais, não aumentou a reserva. Ao contrário, a reserva
8 reduziu. É importante esclarecer, para que as pessoas não façam essa confusão, que a reserva
9 de R\$1,6 bilhão que existe hoje é dividida em quatro critérios, aprovados pela COP, CAD e
10 Consu: um dos critérios corresponde ao Grupo X, que está com valor de cerca de R\$290
11 milhões, que, embora estejam na reserva, já estão distribuídos, pois são recursos que foram
12 distribuídos em exercícios anteriores, mas que ainda não foram empenhados e executados.
13 Lógico que esse recurso, como não foi gasto, está lá reservado, não podem deixá-lo não
14 aplicado, mas ressalta que isso não é superávit. Não devem fazer essa confusão, porque isso
15 não ajuda a comunidade. Se quiserem fazer a reserva líquida, que talvez até seja um exercício
16 importante de começarem a colocar aqui, podem já tirar esses cerca de R\$300 milhões do R\$1,6
17 bilhão. Gostariam muito que a Universidade tivesse a capacidade de poder executar esses
18 recursos que estão já destinados, que já foram distribuídos. Mas é muita coisa para uma obra,
19 muita coisa para uma reforma e outros programas que não conseguem executar dentro de um
20 único exercício. Houve recursos que já eram de outros exercícios e que foram executados e
21 outros que foram programados para este exercício e não foram. Os recursos entram e saem, mas
22 eles não são superávit, não podem fazer essa confusão. Então, o saldo é R\$1,6 bilhão menos
23 esses R\$300 milhões, saldo esse que tem outras três destinações, que vão discutir no item 02
24 da pauta de hoje. Além dessa reserva em que não tocaram, que está no critério de eficiência
25 administrativa, os outros três critérios são: a reserva de três folhas de pagamento da
26 Universidade, por precaução, e como ela muda de valor, por exemplo após o reajuste de 10%
27 na data-base, esse valor na reserva também aumenta. Então, se hoje a programação em termos
28 de folha é de cerca de R\$260 milhões, estão reservando R\$780 milhões que estão aplicados,
29 isso é reserva da Universidade que não foi mexida. Reservaram recursos ali dentro também para
30 o PPI e recursos para permanência estudantil, especialmente para a reforma da moradia e para
31 a compra do novo terreno, oriundos da venda da folha de pagamento na Universidade, que
32 receberam em dois momentos. Os recursos para financiar os investimentos da Universidade no
33 início de 2023 eram de aproximadamente R\$550 milhões, dos quais já distribuíram cerca de
34 R\$480 milhões, por isso a sobra que possuem hoje para destinar de recursos a investimento está
35 em torno de R\$80 milhões. Não é superávit, é saldo que está lá aplicado. Devem tomar cuidado
36 para fazer a diferença entre o que é estoque, o que é fluxo e o que é efetivamente superávit. Se
37 no exercício tiverem um resultado negativo como tiveram aqui, da ordem de R\$46 milhões, as
38 reservas reduziram. Se tivessem gastado os R\$300 milhões que já foram distribuídos, que estão
39 no Grupo X, teriam reduzido de R\$1,6 bilhão para R\$1,3 bilhão. Não se gastou esse recurso,
40 ele está lá, mas não é superávit. O papel da COP é de informar a comunidade o tempo inteiro,

1 então não houve superávit em 2023, diferente do que houve em 2021, 2022, já que de maio de
2 2020 a dezembro de 2021 estiveram sob a lei complementar 173, que impedia a Universidade
3 de realizar vários gastos, com folha, progressão e outros. Além disso, a Universidade
4 trabalhando de forma virtual evidentemente gerou despesas menores do ponto de vista de
5 alimentação e outras. Tiveram uma queda brutal de despesa e ao mesmo tempo um aumento de
6 receita, portanto houve superávit em 2021 e 2022, mas superávit que tiveram aqui na COP a
7 preocupação de deixar reservado, porque sabiam que havia uma despesa que estava comprimida
8 artificialmente, e que em algum momento precisaria ser novamente trazida para o patamar da
9 normalidade, como os salários, como as despesas correntes da Universidade com alimentação
10 e transporte, e isso foi feito. Fizeram em 2022 um reajuste de 20%, em 2023 um reajuste de
11 10%, que não apenas cobriram a inflação do período de 2022 e 2023 como voltaram atrás e
12 cobriram cinco anos de inflação, usando recursos que foram reservados dentro do superávit.
13 Então, fizeram sim um superávit em 2022 e 2023 e criaram regras aqui dentro da COP de como
14 utilizar essas reservas, sabendo que isso tinha que ser pensado para o longo prazo, inclusive na
15 questão do investimento. O sindicato tem direito de propor o que quiser, mas devem entender
16 que aí sim terão que entrar nas reservas, porque este ano a previsão de receita sinalizada pelo
17 governo, a expectativa de arrecadação em 2024, é até a inferior ao que foi proposto para 2023;
18 a expectativa é de um orçamento deficitário em R\$300 milhões. Se querem discutir um plano
19 de saúde, o sindicato tem as suas simulações, a Aeplan já fez as suas simulações também, estão
20 falando em valores que podem ir de R\$80 a R\$150 milhões. Então, não será um déficit mais de
21 R\$300 milhões. Se houver o déficit previsto de R\$300 milhões, o que vai acontecer no final de
22 2024 é aí sim uma redução desse superávit hoje de R\$1,3 bilhão para 1 bilhão. E vai ter que ser
23 buscado um desses três itens. Esperam realizar as despesas com a moradia em 2024, gostariam
24 de realizar os investimentos do PPI, porque uma coisa é distribuir o recurso e outra coisa é
25 poder realizar. Só para dar uma ideia, dos R\$450 milhões distribuídos, conseguiram
26 efetivamente executar, em 2023, R\$48 milhões. Uma obra não se realiza em um ano, e mesmo
27 quando se realiza, todos sabem a dificuldade de licitar, tanto um projeto depois de executar o
28 projeto, isso leva tempo. Observa que a COP tem que ser um organismo técnico, estão falando
29 de questões aqui que não são triviais, então o papel da COP é esclarecer a comunidade. A
30 execução de orçamento não é coisa trivial, e devem evitar criar desinformações, que não ajudam
31 na tomada de decisão, sequer ajudam na solicitação de demandas por parte da comunidade,
32 demandas que são justas, mas que precisam mostrar alguma adequação com a própria realidade
33 financeira da Universidade. Esse é o papel da COP, mas evidentemente as demandas são livres,
34 todos têm direito a se manifestar. Respondendo à professora Verónica, diz que o quadro é
35 quantitativo, o número de ativos e de inativos no período. Do ponto de vista do quadro Paepe,
36 consta tudo no anuário da Universidade, por unidade, por gênero, e observa que hoje os inativos
37 pesam na folha da Unicamp o correspondente a 40%, juntando servidores não docentes e
38 docentes. É um número que evidentemente deve crescer, até pela condição da Unicamp. O
39 quadro de funcionários é hoje exatamente metade celetista, metade estatutário; o celetista
40 quando se aposenta não permanece na folha, enquanto o estatutário, como é o caso dos docentes,

1 permanece, e quando se vai repondo, obviamente, isso significa um aumento de despesa. O que
2 está naquele quadro que a Aeplan apresenta na pauta é referente ao exercício de 2023, mas no
3 anuário, que consta na página da Aeplan, encontram o total, com esses números detalhados. O
4 novo anuário está para sair no final de maio, mas há os dados anteriores, com base nos quais
5 levantaram as indicações para o cálculo atuarial que está sendo feito por um grupo de trabalho
6 da Universidade. Sobre a redução dos recursos do HC, o senhor Thiago pode dar a explicação,
7 mas há várias tratativas, inclusive há várias formas de receitas que podem entrar para dentro da
8 área da Saúde, uma delas emenda parlamentar, mas não é só. Há, inclusive, ações junto à
9 Secretaria do Estado da Saúde e quando há uma entrada ou uma previsão, isso altera às vezes
10 as demandas. Como foi o caso que aconteceu no final do ano, do reajuste do SUS né, no valor
11 de R\$65 milhões anuais, mas isso depende da entrada do recurso. Como estão falando aqui de
12 um exercício que é datado, de janeiro a dezembro, às vezes entraram só dois meses, às vezes
13 vai entrar só no mês seguinte, então é todo esse exercício que precisam fazer. O senhor
14 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que quando olham projetos especiais, o valor vai
15 reduzindo, e há dois movimentos claros: a primeira redução que aparece em projetos especiais
16 se deve ao fato de que iniciaram o ano com o valor em torno de quase R\$100 milhões, que era
17 uma reserva de contingência para o pagamento do reajuste salarial em 2023. Quando saem do
18 valor de R\$220 milhões, ele real, para ser gasto, é algo em torno de R\$120 milhões, uma vez
19 que esses R\$100 milhões, quando executados, sobem para a alínea de Pessoal e fazem aquele
20 aumento no gasto com pessoal. Ali também há valores que são para todos os reajustes
21 contratuais, contratos de transporte, restaurante, utilidade pública, tudo o que estimam que vai
22 ter de aumento durante o exercício fica guardado nos projetos especiais, em uma reserva de
23 contingência. Então, essa reserva técnica vai diminuindo, mês a mês, em razão de reajuste
24 salarial. E outra coisa que faz os projetos especiais diminuírem, chegando no final do exercício,
25 é realmente a não execução das obras, desde o Planes, que divide recurso para as unidades e
26 eles demoram um ou dois anos para serem gastos, até programas como o de pós-doutorado, que
27 já incluíram desde novembro na previsão na segunda revisão, só que ele acabou não sendo
28 executado nada em 2023. Então, esse valor é zerado, e isso vai ajudando a diminuir, mas aqui
29 há duas reduções: uma do recurso que colocou para reajuste de contratos, e esse reajuste não se
30 realiza durante o exercício, então essa é uma despesa que some. O valor que está no Planes ou
31 em outros programas são recursos que acabam se tornando o Grupo X e vão para o ano seguinte.
32 Então, essa redução também é um pouco baseada em passar recursos para o Grupo X. Sobre o
33 pessoal, o professor Fernando falou já do tamanho da folha, e o que apresentam é que na folha
34 salarial, paga em dezembro de 2023, tinha essa quantidade de pessoas. Então, é um número da
35 folha, de fato, depois distribuem o detalhado que entra na CAD, quanto foi a contratação de
36 cada categoria, mas os dados maiores, uma visão mais abrangente, somente no anuário mesmo.
37 Sobre as horas extras dos hospitais, é algo que acaba sendo recorrente, porque os hospitais,
38 diferentemente do restante da Universidade, não têm um valor estimado para horas extras. Por
39 exemplo, Prefeitura e DGRH fazem uso de hora extra e possuem um valor estimado para o ano.
40 A Prefeitura tem uma média, baseada em ocorrências usuais, como canos que estouram no final

1 de semana, então são coisas específicas e pontuais. Os hospitais nunca tiveram isso, porque no
2 passado era um recurso que eles sempre tiveram a liberdade de usar, até porque se faltar um
3 enfermeiro, por exemplo, o hospital precisa segurar o outro para cobrir horário até alguém
4 chegar. Então, sempre ficou livre dentro dos hospitais esse gasto de horas extras, que até os
5 hospitais entrarem nessa fase de dificuldade financeira sempre foram arcados com o recurso da
6 própria unidade. Essa despesa automaticamente era cobrada, o gasto com pessoal era
7 descontado do custeio, ou eles depois depositavam receitas extraordinárias. Entretanto, nos
8 últimos anos não está sendo mais possível fazer essa cobrança, por causa da crise dos hospitais.
9 Verificam que nos projetos especiais aparecem R\$47 milhões de recursos para o hospital para
10 pagar o custeio, portanto para continuarem arcando com esses recursos das horas extras, teriam
11 que, em vez de suplementar R\$47 milhões, ter suplementado R\$67 milhões. É uma despesa que
12 vem crescendo nos últimos dois anos; até maio de 2023 ela vem em uma crescente e depois
13 estabiliza. Talvez esse seja um assunto que provavelmente tenha que vir em uma próxima COP,
14 em alguma revisão, de abertura da proposta, se vai aumentar já inicialmente, já dar mais recurso
15 para esses hospitais ou não, ou como será tratado isso. Mais ou menos como na questão do
16 déficit do HC, sabiam que era um déficit que estava aumentando, não sabiam qual o patamar
17 disso, então não adiantava dar, por exemplo, R\$10 milhões a mais em um ano, porque no outro
18 ano ia sobrar. Talvez as horas extras tenham chegado nesse patamar e agora talvez seja a hora
19 de em alguma dessas próximas reuniões, ou na formulação do orçamento de 2025, tratar isso e
20 ver a melhor forma dentro da COP de tratar esses valores. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA
21 diz que quando aprovaram o orçamento de 2023, aprovaram dotação orçamentária da ordem de
22 R\$3,836 bilhões, isso foi distribuído para ser executado. Efetivamente foram executados
23 R\$3,510 bilhões, então existe um superávit orçamentário de cerca de R\$300 milhões do inicial
24 para o fechamento. O balanço financeiro terminou praticamente em equilíbrio, mas uma
25 metodologia é caixa, e outra metodologia é regime de competência. Então, não tem distorção
26 nenhuma. O problema é que é algo histórico já na Unicamp a Aeplan incluir o Grupo X, que é
27 despesa de exercício anteriores, que já foram aprovadas, e que se colocarem a data de cada
28 aprovação das obras daquele quadro do anexo vão ver desde quando vêm sendo arrastadas essas
29 despesas. Na época em que o senhor Antonio coordenava a Aeplan, ele fazia uma média de
30 quanto era utilizado, então se adotou esse Grupo X, que na sua opinião tecnicamente é despesa
31 em duplicidade. Trabalham com ele o ano inteiro projetando um déficit, falando que não tem
32 dinheiro, e chega no fim do ano ou está em equilíbrio, ou tem superávit. Isso do ponto de vista
33 financeiro, ao passo que do ponto de vista orçamentário distribuiu as dotações, as dotações não
34 foram executadas, e ainda que esse relatório é do empenhado, não é nem do liquidado, nem do
35 pago. Porque deve haver diferença, tem muita coisa depois de empenhada que não liquida, que
36 é quando a empresa entrega o serviço, e que não é paga, é quando ele efetivamente paga. Então,
37 gostaria de saber quanto é o liquidado e quanto é o pago, colocar essas duas colunas uma ao
38 lado da outra, para saber o que efetivamente foi pago pela Universidade em 2023. Vai ter
39 diferença, porque empenhado é muita diferença do que é pago e do que é liquidado. Então,
40 estão falando a mesma coisa, só que a Mesa está falando de regime financeiro, e ele de regime

1 orçamentário, que são metodologias diferentes. Às folhas 13 do documento da pauta, a Aeplan
2 menciona o fechamento de 2023 com “um superávit de R\$246,171 milhões”. Os professores
3 Paulo Fracalanza e Antonio José também se referiam ao Grupo X como despesa em
4 duplicidade, mas continuam usando isso. Entende que há o orçamentário e o financeiro, o
5 financeiro a Mesa acabou falando, tudo bem, mas está escrito no relatório às folhas 13 o que
6 disse aqui. Outra coisa é que, para 2024, não é tão pessimista quanto a Mesa está sendo; em
7 janeiro o ICMS cresceu 11% sobre janeiro de 2023, que é bem acima da inflação. Fevereiro,
8 pelo acompanhamento que está fazendo, está dentro da previsão dos R\$12 bilhões, porque o
9 Estado parcelou em duas vezes o pagamento ICMS das vendas de dezembro, metade em janeiro
10 e metade em fevereiro. Então, fevereiro pode ser que atinja os R\$12 bilhões também. O
11 comprometimento vai cair ao longo do ano, na sua opinião, se a receita do ICMS continuar
12 acima da inflação, como foi em janeiro. Janeiro é sempre um mês bom de arrecadação de ICMS,
13 mas antes de fazerem qualquer projeção de quanto será o reajuste de maio mais o auxílio-saúde,
14 mais o abono de R\$10 mil, teriam que esperar um pouco, acompanhar a arrecadação para ver
15 se o governo toma alguma medida, ou se ele vai manter os preços administrados transferindo
16 receita para empresário. É isso que tem feito, tirando do Estado e transferindo para empresa,
17 desde a tentativa de golpe do Bolsonaro de 2022, que destruiu a base da arrecadação de ICMS
18 dos estados do país inteiro. Vários estados estão recompondo, São Paulo ainda não; já
19 mencionou que o sindicato vai denunciar, nas contas do governador, essa gestão temerária de
20 isenções de ICMS, agora em fevereiro saíram vários decretos isentando até 2026 vários setores,
21 prorrogando as isenções. Então vão denunciar isso e acompanhar. Sobre a questão da reforma
22 tributária, parece que o comitê que vai gerir os recursos da transferência só vai ser eleito no
23 final do ano ou no começo do ano que vem. Então também precisam acompanhar essa questão
24 da reforma tributária para ver se conseguem, quando o estado for atendido pelo fundo que vai
25 ser criado, repasse para as universidades. Parece que conseguiram uma emenda na reforma
26 tributária que poderá ser utilizada pela Universidade, mas precisam combinar no governo do
27 estado para ver se isso vai, de fato, ser efetivo para as universidades estaduais. O SENHOR
28 PRESIDENTE esclarece que o recurso de R\$292 milhões já foi distribuído, já foi autorizado
29 para ser gasto, tem até uma tabela que discrimina os itens em que ele vai ser utilizado. Portanto,
30 não podem gastá-lo duas vezes. É essa confusão que precisa parar de ser feita na cabeça das
31 pessoas. Não podem usar esse recurso para financiar plano de saúde, não podem pegar esse
32 recurso para financiar a contratação. As reservas, se quiserem especificar, não são de R\$1,6
33 bilhão, mas de R\$1,3 bilhão, porque esses R\$300 milhões ainda não foram gastos, mas serão,
34 porque já foram distribuídos. Como aparece no orçamento do que é gasto de exercício ou não
35 é outra coisa, por isso devem tentar explicar, e não confundir a comunidade. Tentar financiar
36 qualquer proposta legítima, de aumento salarial, de plano de saúde, de bonificação com esses
37 recursos não pode. Isso é importante que fique claro para a comunidade. Se quiserem financiar
38 esses itens com as reservas, terão de financiar com o restante, de R\$1,3 bilhão, que hoje está
39 distribuído em três critérios, então ou tira dos estudantes, que são quase R\$80 milhões, ou tira
40 o recurso das três folhas, que estão reservadas por precaução, ou tira de dentro do PPI,

1 lembrando que dos R\$550 milhões do PPI já distribuíram R\$480 milhões. Por exemplo, foram
2 aprovados na COP, na CAD e no Consu R\$100 milhões para o prédio novo da FCA. Esse valor
3 está parado, não conseguiram gastar 1 centavo ali, mas não podem usar esse recurso que já foi
4 distribuído para uma outra obra ou outro programa. O senhor José Luis conhece a execução de
5 orçamento e sabe que não podem fazer isso. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA observa que
6 não está propondo isso. Disse que houve superávit orçamentário, que é o que está escrito no
7 relatório. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o relatório continua da seguinte
8 forma: “(...) superávit de R\$246 milhões. A apresentação de superávit em relação ao valor
9 previsto, aprovado na proposta orçamentária inicial (cujo valor inicial apresentava um
10 equilíbrio financeiro, considerando a utilização de R\$292,250 milhões de recursos financeiros
11 em posse da Universidade, referentes às despesas aprovadas em anos anteriores e orçamentadas
12 para o exercício de 2023) (...)”. Então, acha que no texto fica claro; inclusive quando o senhor
13 José Luis menciona os R\$3,3 bilhões aprovados na proposta, praticamente esses R\$300 milhões
14 já eram para o Grupo X. Com isso voltam a uma discussão de anos atrás: pode tirar esses R\$292
15 milhões da proposta, mas terá de ser feito um documento paralelo dizendo que há R\$292
16 milhões fechados em relação ao Grupo X. Toda execução vai acontecer dentro da proposta, e
17 como acontecia em anos anteriores, a execução desses R\$292 milhões que se executam em
18 parte e tem algumas diferenças que vão entrando nos grupos, como o fato de aparecer a entrada
19 disso nos programas de apoio, iam ter que ficar lançando todo ano. Então, sem o Grupo X,
20 entram com o orçamento em equilíbrio, e quando acontece qualquer um desses recursos que
21 estão em posse das unidades ou em programas, vão aumentando um déficit mês a mês sem
22 saber exatamente qual é o limite disso. Então, esse Grupo X tem essa função: antes eram
23 tratados somente os recursos da proposta e tinha que vir junto um anexo com vários itens,
24 explicando o que eram cada um desses itens em documento paralelo. Para que esse documento
25 paralelo pudesse deixar de existir, vem esse Grupo X para dentro da proposta. A Professora
26 MARISA MASUMI BEPPU diz ao senhor José Luis que a discussão aqui, na verdade, se refere
27 a pleitos e, possivelmente, valorizações e direitos, mas não podem realmente dizer que é em
28 cima de um superávit, acha que a argumentação tem que ser feita de outra maneira. Talvez a
29 maneira como está escrito às folhas 13 não seja adequada, porque está dando esse entendimento
30 equivocado. A ideia foi trazer esse elemento de despesas para dentro da PDO primeiro para
31 garantir a possibilidade de os diretores gastarem o recurso que lhes é concedido de maneira
32 responsável e planejada. Então, a ideia sempre foi de evitar correria dos diretores para gastar
33 porque o exercício estaria chegando ao fim, e aquilo sempre foi de alguma forma assegurado,
34 e que não estivesse em uma lista, não se sabe onde, na Aeplan. Dessa maneira, ela está explícita
35 na PDO. Então, acha que a metodologia, na questão da transparência, está correta, é algo que
36 valoriza o exercício e a responsabilidade dos diretores, portanto é algo que devem prezar.
37 Concorda com a argumentação do professor Sarti de que há um déficit, na verdade, fazendo
38 balancete, no caso dos R\$46 milhões. Todos sabem que é favorável ao pleito do bônus, mas a
39 argumentação não é em cima de um possível superávit da previsão inicial de receita e despesa.
40 Devem fazer isso em função do saldo existente da Universidade, que o professor Sarti acabou

1 de explicar, então deveria propor abrir mão das três folhas, ou corroer um pouquinho essas três
2 folhas, é essa a discussão, e não a questão, talvez, gramatical do que está escrito, que realmente
3 está dando a entender para algumas pessoas que houve superávit. Há um superávit em relação
4 a uma expectativa que não se concretizou, então não é um superávit. Acha que uma redação um
5 pouco melhor para a CAD poderia caber. O SENHOR PRESIDENTE observa que na primeira
6 página do primeiro parágrafo está escrito: “O demonstrativo de receitas e despesas no final da
7 execução orçamentária de 2023 apresentou os seguintes resultados: a) Déficit de R\$46,079
8 milhões no exercício de 2023”, portanto, mais claro do que isso é impossível, mas vão fazer
9 essa alteração. E chamaria a atenção para outra coisa: é papel das revisões ficar comparando os
10 dados que aparecem nelas, talvez isso também crie uma confusão, por isso está dizendo que
11 tem uma única coisa técnica aqui. Em vários momentos o que o senhor Thiago fez aqui foi
12 comparar o que era a previsão inicial via PDO com que foi, não agora a primeira e a segunda,
13 mas a terceira revisão, as diferenças entre receitas e despesa dentro das revisões. Isso é o que
14 está sendo feito, mas lógico que também se presta conta do valor final do exercício. É
15 fundamental que alguém explique isso para o resto da comunidade, sabe que é algo técnico, por
16 isso estão gastando esse tempo todo para construir uma narrativa que permita às pessoas
17 entenderem do que se trata aqui, efetivamente: entre o que entrou de receita, somando receitas
18 do tesouro e receitas próprias, e o que gastaram, nos três itens, folha, custeio e obras, tiveram
19 um déficit de R\$46 milhões. Esse déficit estava previsto inicialmente em zero, depois foi para
20 uma previsão de déficit de R\$270 milhões, se realizassem já depois do reajuste feito a partir da
21 data-base de abril, a partir da expectativa de contratações, dos concursos, e depois foram
22 revisando e esta terceira revisão traz que não foi de R\$270 milhões, foi de R\$105 milhões. Não
23 podem duplicar esses recursos, infelizmente, e observa que não é à toa que eles aparecem dos
24 dois lados do balancete, como receita e como despesa, então ele aparece zerado. Estão dizendo
25 que esses R\$300 milhões que estão lá na reserva estarão financiando caso esse Grupo X fosse
26 totalmente executado. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é
27 aprovada com 07 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 02 – 01-D-12349/2022 –, que
28 trata da atualização do Plano Plurianual de Investimento. Já fez referência em sua fala inicial
29 que esse foi instrumento criado dentro da COP, pois pareceu à Comissão bastante necessário,
30 diante do acúmulo de reservas que ocorreu ao longo de 2021 e 2022, pelos motivos que já foram
31 também tratados aqui. Havia espaço para que pudessem separar um pouco desses recursos, além
32 do motivo precaução, importante tendo em vista as situações que a Universidade teve que
33 enfrentar no passado, mas também que tivessem um volume de recursos que pudesse tratar de
34 uma despesa diferente, que é o investimento, que, por sua natureza, não apenas envolve recursos
35 às vezes de monta, recursos maiores, mas também que cujo prazo de amortização extrapola um
36 exercício. Dificilmente conseguem, ao fazer um investimento, aprovar e executar ao longo de
37 um mesmo exercício. Por isso o instrumento do PPI, que tem sido utilizado pela Universidade.
38 Também foi dentro da COP acordado e depois aprovado nas instâncias superiores o fato de que
39 ter um novo padrão de financiamento não modificava em nada toda a sistemática de aprovação
40 dos investimentos. Os investimentos continuaram sendo submetidos à Depi, dentro das suas

1 listas de prioridade, dentro da sua metodologia de prioridades, há aqui vários diretores que
2 encaminharam suas solicitações de recursos e que acompanharam esse processo, e é assim que
3 se está procedendo. Então, isso não foi alterado e nem era papel da COP fazê-lo, pois ela trata
4 da questão do financiamento. Mas é papel da COP prestar contas em relação à aprovação e à
5 execução desses recursos, que é isso que vai aparecer na apresentação do senhor Thiago, para
6 que depois possam, até, eventualmente, como aqui estava colocando a professora Marisa,
7 entender se nessa distribuição que fizeram ao longo dos últimos dois anos, em relação ao saldo
8 entre eles, e uma dessa parte é o PPI, há razões ou não para que sejam mantidos ou modificados.
9 Solicita ao senhor Thiago que faça a apresentação. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA
10 diz que já falou bastante desses critérios, do que aconteceu nos últimos anos, mas como os
11 membros da COP e as pessoas que estão assistindo mudam com o passar do tempo, fará um
12 breve histórico, inclusive fazendo uma junção do que apresentam na última tabela, do
13 comprometimento das despesas gastas na Universidade, até o que os levou a chegar no PPI do
14 jeito que está hoje. Traz os dados que foram apresentados em 2022, quando tratam o PPI, vêm
15 de um ano em que executaram 81% dos Recursos do Tesouro do Estado, o que faz com que o
16 saldo financeiro suba da forma apresentada no gráfico. Então, a partir de 31.12.2021,
17 começaram a pensar uma forma, até em razão do acúmulo de recursos dentro das reservas
18 financeiras da Universidade, na intenção de não deixar tudo isso livre, parecendo que era
19 recurso que poderia se gastar a qualquer momento. Sabiam que muitos desses recursos já
20 haviam sido destinados, então elaboraram alguns critérios fundamentais: o primeiro era a
21 reserva financeira de segurança, pensando nos anos de déficit, de dificuldade financeira
22 orçamentária; foi destinado um valor de três folhas salariais, para manter essa tranquilidade,
23 lembrando que na crise mais recente conseguiram fazer todo o pagamento de salário, apesar de
24 os orçamentos ano após ano darem déficit, graças ao recurso financeiro que tinham em caixa.
25 O segundo critério é o da continuidade e eficiência administrativa, relacionada com a discussão
26 do Grupo X, é uma garantia para os diretores, para as pessoas que organizam os orçamentos
27 internos das unidades, que os recursos aprovados para a unidade estão garantidos. Sabem de
28 toda a dificuldade de execução, então eles serão garantidos no saldo e nunca sofrerão
29 contingenciamentos, retirada de saldos já disponíveis nas unidades para pagar novas despesas.
30 O terceiro critério está descrito como responsabilidade social, e se trata da destinação de
31 recursos para permanência estudantil, que inicialmente vinham da venda da folha salarial ao
32 Banco do Brasil feita pelo estado. Chegam em 2023 com esses recursos sendo destinados à
33 aquisição dos terrenos, o da moradia atual e o da ampliação da moradia. O quarto critério é o
34 planejamento estratégico, que se tornou o PPI, que é uma forma de aprovar gastos maiores que
35 não cabiam em uma proposta orçamentária, e para não fazer aquelas aprovações de recursos em
36 etapas, em que aprovam a primeira etapa e depois falta recurso para as próximas etapas,
37 pensaram nesse saldo para utilizar em investimentos maiores. Quando foram criados esses
38 critérios, tinham R\$1,1 bilhão em caixa, que foi dividido entre os recursos dos critérios 1, 2, 3,
39 sobrando R\$200 milhões que se imaginava gastar nesses investimentos, e ainda assim teriam
40 recursos livres de R\$35 milhões. Foram aprovados esses critérios, isso foi para execução, indo

1 para a COP durante todo o ano de 2022. Acabaram fechando o ano de 2022 com um saldo maior
2 em caixa, também fruto de uma execução de 92% de comprometimento das despesas com as
3 receitas de 2022, e com isso o valor sobe para R\$1,726 bilhão de recursos em caixa. Esses
4 valores são “vivos”, porque tanto a reserva de segurança vai crescendo automaticamente com
5 aumento da folha, eficiência administrativa depende muito de qual foi a execução, se foi maior
6 ou menor no período, responsabilidade social já tinham recebido todos os recursos do Banco
7 do Brasil, e então saltam de R\$235 milhões para R\$637 milhões de recursos livres para
8 investimento, não todos livres, porque uma parte já havia sido destinada. Em 2023, fecham o
9 exercício com R\$1,658 milhões em caixa. O gráfico mostra que em 2020, primeiro ano da
10 pandemia, houve uma manutenção dos recursos, em 2021 começa o acúmulo de recursos, que
11 ocorre fortemente até outubro de 2022, com as mudanças do ICMS que já foram citadas, e o
12 ano de 2023 é praticamente uma manutenção e termina abaixo. Então, em 2023 já vêm
13 consumindo esses recursos de duas maneiras, para a cobertura do déficit do exercício e para a
14 execução do PPI. Uma vez que já havia recursos aprovados e eles foram sendo executados
15 durante 2023; em 2022 praticamente só aprovam, não executam, e em 2023 fazem uma
16 execução de quase R\$50 milhões de valores que efetivamente saíram do caixa. Os valores
17 atualizados são: da reserva de segurança, três folhas salariais, R\$790 milhões; eficiência
18 administrativa conseguiram reduzir de um ano para outro, houve uma execução maior pelas
19 unidades; em responsabilidade social o valor sobe um pouco, porque além da aquisição do
20 terreno da moradia atual, entra também a aquisição do novo terreno ao lado da moradia atual,
21 então vai para R\$77 milhões, o que anteriormente era de R\$64 milhões; e o planejamento
22 estratégico, que tinha um valor de R\$637 milhões, passa para R\$514 milhões, dos quais R\$430
23 milhões já estão comprometidos. Esses R\$430 milhões são aqueles R\$480 milhões que foram
24 aprovados, R\$50 milhões já haviam sido pagos até dia 31 de dezembro, e desses R\$430 milhões,
25 hoje estão com R\$130 milhões empenhados e R\$300 milhões em licitação ou a licitar. Isso
26 mostra, como o professor Fernando falou, a dificuldade de empenhar, e dentro desses R\$130
27 milhões infelizmente já sabem de alguns contratos que estão em negociação para serem
28 rescindidos, que vão novamente para licitação. Hoje os recursos livres são por volta de R\$84
29 milhões, que é o que está disponível para decidirem onde podem investir esses valores, ou
30 começar a discussão se vão diminuir de três para duas folhas a reserva de segurança, se usa um
31 pedaço dessas reservas para outro item etc. Informa que o saldo financeiro atualizado em 31 de
32 janeiro de 2024 é de R\$1,619 bilhão. É claro que isso desce um pouco porque a execução
33 continua maior do que vão receber de recursos financeiros durante o exercício, e também há o
34 desconto dos valores que eles passaram a mais em 2023. O SENHOR PRESIDENTE ressalta
35 que o último gráfico deixa muito claro que não há nenhum aumento no saldo no período de
36 2023 para 2024, pelo contrário, houve uma redução, porque apresentaram, inclusive, um déficit
37 no exercício. Como o senhor Thiago já mencionou, o valor total dentro do PPI é variável, no
38 sentido de que ele vem a partir da subtração dos outros itens. Tomando como referência o que
39 foi 2023, tinham R\$514 milhões para financiar o investimento, dos quais já foram destinados
40 R\$489 milhões, no processo licitatório houve uma economia em torno de R\$10 milhões,

1 portanto esses recursos aprovados caem para R\$478 milhões. Desses, efetivamente,
2 conseguiram executar R\$49 milhões, e portanto o que resta são R\$429 milhões, dos quais
3 R\$126 empenhados e R\$303 milhões programados. A diferença entre os R\$514 e os R\$429
4 milhões é o saldo livre a que o senhor Thiago fez referência. Esclarece aos professores Fernando
5 Hashimoto e Hernandez, que solicitaram junto à Depi e junto à PRDU aprovação dos
6 investimentos que estão sendo analisados, que eles terão que estar dentro desses cerca de R\$80
7 milhões. O que houve é que a demanda que chegou na Depi é superior a esses R\$80 milhões;
8 há ali dentro recursos do IQ, do IA, recursos para equipar o Cotuca, pois o prédio está
9 praticamente pronto, recursos para equipar a Clínica da FOP, que também está ficando pronta,
10 felizmente duas obras da Unicamp que estão dentro do cronograma, tem que ser registrado
11 porque é um realmente um fenômeno diferente, e as duas estão sendo executadas pela mesma
12 empresa. O IA é testemunha dos problemas licitatórios, de como outras empresas agiram de
13 forma desonesta com a Universidade. Por isso essas demandas não vieram para a pauta, é
14 preciso fazer uma análise de quais seriam esses projetos que ultrapassam o valor residual; vão
15 chamar todos para conversar, inclusive é fundamental que a Depi participe, já que seguem a
16 metodologia da Depi em termos de prioridades. A COP aprova os recursos, não o projeto
17 propriamente. O Professor HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO agradece pelos
18 esclarecimentos e louva a criação do PPI, que foi algo revolucionário se pensarem o que viviam
19 antigamente, que eram promessas de obras que desapareciam ao final do exercício.
20 Acompanhou várias dessas situações ao longo dos 40 anos em que está na Universidade, então
21 aproveita para elogiar a iniciativa. Por outro lado, quando recebeu esse documento, ficou
22 assustado porque não viu nenhuma indicação nova de alocação de recursos para o PPI, então
23 há cerca de R\$80 milhões de saldo e esse não foi associado a nenhuma obra. Segundo o ofício
24 da Depi de 02 de fevereiro, havia cerca de 10 itens que foram negociados ao longo do ano
25 passado, inclusive o IB apresentou 60 pedidos de obras, de restauro, de *retrofit*, de melhoria de
26 acessibilidade e de segurança. Houve cinco princípios de incêndio no Instituto de Biologia, este
27 ano o prédio principal faz 50 anos, com quatro salas de aulas principais, são anfiteatros muito
28 bons para se trabalhar enquanto estão todos sentados, mas em termos de qualquer ação de
29 emergência eles são inadequados. O que foi alocado nesse ofício são R\$40 milhões em três
30 prédios novos, valor que solucionaria grande parte dos problemas dessas 60 demandas
31 individuais que o IB propôs. Foi um trabalho de um ano inteiro com a Depi, que refutou várias
32 das propostas e veio com um trabalho minucioso de readequação das necessidades do Instituto.
33 Por isso a frustração de não encontrarem esses itens no PPI. Claro que entende toda a
34 dificuldade de decidir por uma coisa ou outra e entende também a necessidade de alocar mais
35 recursos para o próprio PPI, que certamente teriam que ser deslocados da reserva, e está
36 disposto a participar da discussão como um todo. Em seguida, solicita a palavra ao professor
37 Fernando Hashimoto. O Professor FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO
38 diz que é preciso reforçar a política do PPI, que foi encampada até agora. Quando fez sua
39 primeira gestão no IA, na gestão do professor Tadeu, foram aprovados os prédios que estão em
40 obras, reforma do PaviArtes, retomada do teatro e o prédio da Música. O Instituto de Artes está

1 entre as cinco maiores unidades da Unicamp e os seus departamentos são um pouco desiguais;
2 o Departamento de Música representa metade do Instituto e pelo menos metade dos alunos. No
3 entanto, ele tem o menor espaço dentro do Instituto, são 1.200 metros, é um “pinotinho” de três
4 andares com 1.000 alunos fazendo música em condições inadequadas, com vários instrumentos
5 diferentes sendo tocados no mesmo espaço. O IA é um dos primeiros institutos da Unicamp,
6 tem esse longo histórico que foi agravado justamente por esses processos, a obra do teatro que
7 deu errado, e agora o PaviArtes parece que dá continuidade a esse histórico. Essas obras foram
8 aprovadas no ano de 2015, em uma outra dinâmica, em que não tinham essa visão das outras
9 demandas da Universidade. O PaviArtes encaminhou daquela maneira, o teatro recomeçou o
10 processo, e o prédio da Música foi para o CROJ, um antigo órgão que havia de projetos. Foi
11 feito o projeto por mais de um ano, a Universidade investiu um valor enorme nele, mas esse
12 projeto não foi levado à frente. Sete anos atrás muda a política e a Depi assume a
13 responsabilidade de elencar as prioridades de maneira geral e dando visibilidade a elas. Os
14 outros dois prédios do IA já estavam com verba destinada, isso segue, mas o prédio da Música
15 não, então ele entra nessa lista de prioridades, sendo que estava desde 2014 na lista de espera.
16 Agora possuem recurso destinado, o projeto passou por aprovação na Copei, ano passado a
17 Reitoria forneceu um valor extraorçamentário para contratar o projeto, que foi feito de forma
18 muito rápida com participação extenuante do Departamento de Música, respondendo a todas
19 demandas do projeto, há três semanas o projeto foi entregue como entrega final para a Depi,
20 para entrar para a licitação. A Depi fez algumas sugestões e ele vai retornar com algumas
21 revisões que foram solicitadas, ou seja, o processo está pronto. Fica assustado com a
22 possibilidade de haver mudança de regra agora, após investirem em um segundo projeto, saindo
23 de um projeto da CPROJ de cerca de cinco mil metros para um projeto muito menor, de dois
24 mil e poucos metros, que é uma expansão do Departamento de Música, não é destruindo nada
25 para construir outra coisa, então pede muito a preservação dessa regra. Empurrar isso para frente
26 é algo que o preocupa muito, pois há discussão salarial pela frente, há várias demandas que vão
27 surgindo, e não está falando que as outras demandas não são pertinentes. Acha que pode surgir
28 uma demanda amanhã, como foi colocada aqui pelo IB, e seja pertinente, mas que seja
29 respeitado esse processo. Até hoje o Instituto de Artes nunca fez nenhum movimento político
30 para que suas demandas passassem na frente, e agora surgiu como topo na lista da Depi, sendo
31 o único projeto que tem valores exatos, R\$18.770.762,00, os outros são todos valores
32 arredondados, provavelmente porque não possuem projeto. Então faz esse pedido, em nome da
33 comunidade do IA, para que as regras não mudem agora, que será um período eleitoral, um
34 período também de negociação salarial. E a regra muito clara, é uma regra de tirar quando os
35 outros vão subindo na proporção, portanto aumentando o salário, concedendo bônus, o que pode
36 acontecer é a redução do investimento na Universidade, que considera que seria uma das piores
37 soluções. Vivem situações diferentes nas unidades, talvez para uma comunidade seja muito
38 mais importante a valorização de um laboratório, para outra seja a criação de um laboratório
39 que nunca teve em 60 anos, ou uma sala de docentes que nunca teve em 60 anos, que é o caso
40 do Departamento de Música. Então acha que as coisas têm que ser olhadas nesse critério, que

1 acredita que a Depi, ao analisar, levou a cabo. O SENHOR PRESIDENTE diz que o professor
2 Hernandes fez uma constatação importante: todos que olham para a Unicamp veem que a sua
3 infraestrutura está deteriorada, por uma questão de falta de investimentos que tem vários
4 motivos, inclusive financiamento para esses investimentos. E alguns são investimentos mais
5 tangíveis, mais visíveis, e outros nem tanto. Aprovaram aqui na COP investimentos
6 importantes, por exemplo, na área de TICs, desde o *backbone*, a necessidade dos investimentos
7 nas nuvens etc., porque todos são usuários dessas novas tecnologias digitais e a Universidade
8 não poderia ficar fora disso. Respondendo ao professor Fernando Hashimoto, diz que a regra
9 vem sendo mantida, mas a Depi possui cinco linhas de investimento. Estão falando de uma, que
10 é das novas obras, e além disso a Depi tem as reformas, tem a questão do AVCB, em que a
11 Universidade está longe de atingir os parâmetros. A criação do PPI teve também como intenção
12 tentar dar condições melhores para a DGA e sobretudo para a Depi para a execução das obras.
13 O acordo com a Caixa Econômica foi nessa direção, isso ajudou muito na eficiência e na
14 execução das obras, tendo feito a Universidade saltar de uma média, nos últimos 10 anos, de
15 aproximadamente R\$5 milhões em investimentos anuais, para alguma coisa em torno de R\$48
16 milhões de recurso que está sendo executado para este ano. Ainda é insuficiente, a Universidade
17 precisaria ter uma taxa de investimento muito superior a isso, já que a sua infraestrutura segue
18 deteriorada. Ao longo de 2022 e 2023, foi feita a reforma dos 22 “pinotinhos”, que tiveram seus
19 telhados trocados, e agora há uma demanda para as outras unidades que não foram beneficiadas.
20 Essa foi uma escolha aqui da COP, com base inclusive no que lhes passaram a DGA e a Depi,
21 de que esses prédios eram mais homogêneos, e portanto possibilitaria que fizessem um único
22 processo licitatório. Mas evidentemente, se fosse diretor de uma unidade que se encontra em
23 um “pinotinho” que não está dentro do grupo dos homogêneos, se sentiria claramente não
24 contemplado, e essa demanda veio. A questão da reforma da Biblioteca Central também é tão
25 antiga quanto, e cada vez vem com mais demanda. Há aquelas demandas que aparecem de
26 urgência, por exemplo, agora algumas unidades infelizmente sofreram roubo de cobre,
27 comprometendo e colocando em risco de cair agora no período de chuva um raio e destruir
28 todos os equipamentos. São questões que a Depi tem que rever e colocar, dentro de uma
29 daquelas linhas, mais recursos para dar conta. Não foi em momento algum aqui a posição da
30 COP, nem da Depi, inverter essa lista, muito pelo contrário. Aliás, tiveram que sempre enfrentar
31 uma pressão, e lembra que algumas unidades têm engenheiros civis, outras não, e as que têm
32 um engenheiro civil conseguem tocar uma obra muito mais rápido, executar um processo mais
33 rápido. Mas pergunta se isso pode ser um critério na definição de prioridade ou não, se
34 concederiam recursos para uma unidade porque ela conseguiria efetivamente executar mais
35 rápido, porque ela tem no seu quadro engenheiros civis, e as unidades que não têm dependem
36 dos engenheiros da Depi. A Unicamp ganhou da Finep recursos para poder instalar a vila
37 *startup*, mas para instalar a vila precisam fazer a infraestrutura, e para isso estão fazendo
38 parceria com a Prefeitura Municipal, que por sua vez exige contrapartida. Com isso ou voltam
39 para uma fila inicial, ou isso é tratado como uma prioridade, são questões que precisam ser
40 decididas, não é nada trivial. Vai trazer para uma próxima sessão, após conversar com todos os

1 diretores, com a bancada docente, com a bancada de servidores, a discussão se a distribuição
2 atual que fazem do saldo financeiro, que é de R\$1,3 bilhão, e não de R\$1,6 bilhão, é adequada
3 hoje para a Universidade. Ou se poderiam eventualmente reduzir um pouco essa reserva de
4 precaução que hoje está em três folhas, que representam mais de R\$780 milhões, para duas
5 folhas e meia, por exemplo, o que já liberaria R\$140 milhões, que é o que contemplaria a
6 demanda que a Depi traz. Certamente vão aparecer novas, e se sinalizarem que há mais recursos
7 vão aparecer outras ainda, mas vão seguir a lista de prioridades. A COP até pode propor isso,
8 mas quem vai decidir em última instância é o Conselho Universitário, se vão trazer mais
9 recursos para o investimento e de alguma maneira descobrir um pouco o saldo precaução.
10 Respondendo ao senhor José Luis, diz que não é pessimista, mas que está simplesmente
11 trabalhando em cima dos números que a própria Secretaria informou. Adorou saber que janeiro
12 teve 12% de aumento nominal; assim como o senhor José Luis, acompanham os números
13 diariamente, e janeiro foi 12% maior do que janeiro de 2023. É lógico que em relação a
14 dezembro ele é inferior, e para saber se isso é uma tendência devem aguardar os dados de
15 fevereiro e dos meses seguintes, especialmente qual vai ser o impacto dos preços administrados.
16 Tudo isso são coisas que vão trazer para a COP, olhando para o exercício do ano, mas essa seria
17 uma solução parcial, porque a Depi tem uma demanda de investimento hoje que é de R\$650
18 milhões, somando todos os projetos que já foram encaminhados. Então mesmo que pegassem
19 a reserva inteira de precaução, o que seria realmente uma irresponsabilidade, e colocassem nos
20 projetos, ainda não seria suficiente para contemplar essa demanda. E nem teriam capacidade
21 operacional para executar todos esses investimentos. Mas devem seguir nessa linha, o PPI é sim
22 um instrumento que deu agilidade para a questão do investimento, tirá-lo de dentro do
23 orçamento ajudou até na linha do que o senhor Thiago colocou muitas vezes, de que estão
24 falando de investimento que extrapola um único exercício, pois os recursos envolvidos são
25 maiores. Também possuem muita esperança de dar agilidade às obras com a nova lei de
26 licitação, que vai permitir que a mesma empresa que é licitada para fazer o projeto executivo
27 possa executar o projeto, o que talvez gere uma economia de tempo de cerca de seis meses,
28 desde que a empresa seja idônea e realmente interessada em levar até o fim esse investimento.
29 Acha que terão alguns ganhos institucionais com a nova lei, a parceria com a CEF ajuda muito,
30 o PPI é um outro instrumento, e vão tentando corrigir um passivo que surgiu, que é essa
31 insuficiência de investimento que a Universidade fez nos últimos 20 anos. E com isso não está
32 carimbando nenhuma gestão, todas investiram aquém do que deveriam ter investido. Concorda
33 com o professor Fernando Hashimoto que o IA foi realmente muito penalizado, inclusive no
34 processo licitatório, duas empresas que tiveram que tirar na justiça, em brigas complicadas,
35 tendo a última se estendido por um ano e meio. É algo difícil de explicar para os colegas e para
36 os alunos que ficaram na justiça um ano e meio brigando para tirar uma empresa que não
37 cumpriu suas obrigações. A senhora LINA AMARAL NAKATA diz que existem casos de
38 quase 10 anos parados na justiça. O SENHOR PRESIDENTE diz que um exemplo é a empresa
39 que ganhou na FCA: trata-se de uma empresa especialista em construção de estradas, e como a
40 carteira de investimento do governo estadual e federal estava baixa, ela começou a pegar obras

1 e ganhou a licitação, até por ser uma empresa consolidada. Quando voltou a demanda por
2 investimentos que é a área dela, ela resolveu desistir da obra da FCA, e com isso a Universidade
3 precisou entrar na justiça, parece que há um acordo amigável saindo, mas terão que voltar à
4 estaca zero e começar uma nova licitação. Essa é uma questão séria e entende que realmente a
5 taxa de investimento da Universidade caminha aquém, mas não é culpa do PPI, que foi um
6 instrumento importante que a COP criou, e vão seguir como a COP insistiu em dizer para todos,
7 que seguiriam todo o rito que estava previsto na definição das prioridades do projeto. Lembra
8 que o papel da COP é aprovar os recursos. O Professor FERNANDO AUGUSTO DE
9 ALMEIDA HASHIMOTO lembra que o PPI não acabou, ainda há cerca de R\$80 milhões, e
10 diz que gostaria de ter uma resposta, pois haverá reunião da congregação do Instituto daqui a
11 poucos dias, de quando vai voltar isso para a COP, inclusive ele e o professor Hernandes
12 acreditavam, com base no documento da Depi, que estaria na pauta de hoje. Acha que é
13 importante colocar um prazo, porque o tempo é importante. O SENHOR PRESIDENTE diz
14 que para a próxima COP vão trazer a carteira de investimento, que teria capacidade de ser
15 licitada até julho, inclusive já dentro da nova lei de licitação. Só não trouxeram agora porque
16 havia uma demanda muito grande de projetos, teriam que sentar com a Depi e com os
17 demandantes e tomar uma decisão. Enquanto não aprovarem uma mudança nos valores, se é
18 que vão aprovar isso, vão ter que chegar a um acordo e seguir, em grande medida, o que a
19 própria Depi está colocando. A Acadêmica KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO diz
20 que é coordenadora geral do Centro Acadêmico do Instituto de Artes, é estudante de Música e
21 também diretora do DCE. Tem algumas dúvidas e também gostaria de falar algumas coisas que
22 acumulou durante o debate, porque vai precisar sair logo, tem aula e não vai conseguir ficar até
23 o final da reunião. Se entendeu direito, possuem uma reserva de R\$1 bilhão que está dividida
24 em três partes, e o resto é destinado às questões universitárias. Pergunta por que uma reserva
25 tão alta e se não podem utilizar essa reserva para as outras questões, se ela é uma reserva
26 justamente para se usar dentro da Universidade. Não entendeu por que só podem usar R\$80
27 milhões se a Universidade tem dinheiro guardado. Faz coro ao que o diretor do IA colocou, de
28 que realmente o Instituto precisa de mais investimentos, assim como foi colocado hoje sobre a
29 expansão da moradia estudantil, que existe um dinheiro já destinado para moradia estudantil e
30 para o Instituto de Artes. Especificamente, inclusive, sobre as conquistas que tiveram na greve,
31 de reforma do barracão do PaviArtes. É necessário pensar uma forma de superar as burocracias
32 que existem dentro desses processos, porque a questão da reforma da moradia e do barracão é
33 muito burocrática. Há 30 anos os estudantes do Instituto de Artes vêm lutando para que tenham
34 de fato um teatro, que hoje se encontra com uma rachadura enorme, porque houve um problema
35 de construção muito grave. Isso impossibilita que os alunos façam suas atividades, e que
36 precisem acessar espaços muito distantes para isso. E não é só o barracão, o prédio onde estão
37 concentrados outros três cursos também precisam de reparos, quando chove é um problema
38 sério, mas agora consertaram o teto. Pelo debate entendeu que são coisas bem complicadas,
39 mas acha importante começarem a pensar em como superar essas questões. Hoje existe
40 destinada uma reserva também para as entidades e tudo mais, e observa que se o Caia tivesse

1 mais dinheiro, conseguiria ajudar mais ainda os estudantes. O DCE não recebe verba, e não
2 pode ser impeditivo de receber verba não ter um CNPJ. Inclusive precisam urgentemente de
3 uma reforma da sede dos estudantes, isso os ajudaria muito; o DCE hoje se encontra em uma
4 situação que necessita muito de ajuda. Lembra também que atualmente passam por um processo
5 difícil no estado, de privatizações da Sabesp, do Metrô, da CPTM, e com esse governador
6 fascista, Tarcísio de Freitas, precisam ficar atentos a isso, porque os projetos de privatização
7 não estão distantes. Além disso, querendo aprovar R\$9 bilhões de corte na educação, o que
8 também diz respeito à Unicamp, se ela vai receber o seu orçamento. E reforça que possam
9 investir mais na permanência estudantil, nas bolsas, na moradia, nas pesquisas e nos projetos,
10 porque não sabem como vai ser o dia de amanhã na Universidade, com alguém que não pensa
11 em primeiro lugar na educação. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que a peça
12 orçamentária é a busca de um equilíbrio e o saldo financeiro da Universidade também. Como
13 representante docente, acha que devem verificar também os investimentos em folha para alguns
14 pleitos especiais, então nesse sentido resgata o pleito dos jovens docentes, da carreira docente,
15 da valorização que é extremamente necessária à carreira docente, que pode ser estudado, sim,
16 acha que a COP é madura para avaliar riscos e necessidades, em detrimento da faixa azul da
17 reserva. Não sabe se essa reserva deveria ser usada em obras, como foi dito; embora saibam da
18 necessidade de investimento na Universidade, ainda possuem muita dificuldade de execução,
19 ainda que melhorada ultimamente. Portanto, comprometer o saldo com esse tipo de plano os
20 coloca muito vulneráveis frente aos outros órgãos governamentais. Então, como vai ser feita
21 conversa com os diretores acerca dos R\$84 milhões, a faixa amarela do gráfico, acha que podem
22 também abrir o diálogo com os pleitos específicos, tanto da carreira docente quanto da carreira
23 Paepe, olhando com muita cautela, mas olhando também o plano em relação essa reserva de
24 segurança da faixa azul. Em uma ocasião conversou com o professor Fernando Sarti, antes de
25 terem investidura de PRDU, de representante ou que for, o quão interessante seria fazer um
26 ensaio de governança, se seria possível ou não, porque existem aqueles investimentos de fato
27 novos, como um prédio novo que nunca existiu, e o que de fato seria uma manutenção, e
28 enxerga sempre, mas não sabe como encaixar, está aqui lançando a questão de que na
29 governança de qualquer setor fora daqui se leve em conta a questão da depreciação como um
30 item também de orçamento. Então, um dever de casa que talvez devessem tentar fazer em algum
31 momento para estudar essa forma melhor de governança, porque colocar tudo em cima dessa
32 faixa laranja, ou seja, de R\$514 milhões executaram R\$46 milhões e estão comemorando.
33 Então, todos os outros órgãos podem ficar de olho, achando que não possuem destinação para
34 esse tipo de coisa, por isso vale a pena fazer um exercício mnemônico importante dessa forma
35 de trabalho. O Professor ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA diz que vai colocar alguns
36 pontos aqui para considerarem com relação a essa questão da faixa azul do gráfico, que
37 representa a reserva de segurança. Como o próprio professor Fernando Sarti colocou, há uma
38 estrutura depreciada na Universidade, e isso pode variar muito de unidade para a unidade, mas
39 o preocupa muito o impacto que essa depreciação tem, principalmente, no ensino de graduação.
40 Na pesquisa, de alguma forma possuem na Fapesp, por exemplo, a reserva técnica dos projetos,

1 a reserva técnica institucional, isso não é suficiente, mas é um item que, pelo menos, oferece
2 uma possibilidade de investimento com recursos externos. Mas quando falam da graduação,
3 existem demandas de novas estruturas para poderem ministrar as aulas; há unidades que estão
4 com problemas na estrutura atual, já construída, e há também algumas demandas relacionadas,
5 por exemplo, e acredita que isso seja muito comum nas Engenharias, de equipamentos para os
6 docentes poderem ministrar uma aula de melhor qualidade. Então, acha que precisam
7 considerar, nessa questão da utilização desses recursos em investimentos, seja em construção
8 de novos prédios, seja na manutenção dos existentes, qual o impacto positivo que esses
9 investimentos vão causar na qualidade dos cursos de graduação. Outro aspecto que também
10 precisam considerar são ações no sentido de melhorar a segurança das instalações, os
11 laboratórios tanto de ensino quanto de pesquisa. Há ainda a questão do AVCB, que está em
12 andamento, mas talvez deva ser feito um levantamento para conhecerem a demanda e poderem
13 fazer esse investimento. E também ações na parte de sustentabilidade, por exemplo, verificar
14 nas unidades quais as demandas ou possibilidades para a redução do consumo de água nas suas
15 atividades. Reforça o que a professora Marisa colocou no sentido de avaliar a questão da
16 bonificação dos docentes que estão mais no início de carreira. Na FEA, 65% dos docentes
17 entraram de 2008 para cá, e acha que esse é comum em todas as Engenharias. A FEA é uma
18 unidade bastante jovem e coloca isso como uma preocupação do pessoal lá, pois o que ouvem
19 muito é que o pessoal está desanimado com o futuro. Tradicionalmente a Universidade sempre
20 teve a reserva de duas folhas de pagamento, então talvez possam pensar em alguma coisa um
21 pouco mais ousada para atender a essas demandas, porque também não entende o motivo de
22 ficarem só guardando dinheiro enquanto as demandas estão colocadas. É importante assegurar
23 uma parte desses recursos, mas pergunta qual a justificativa de guardarem recursos se a
24 qualidade das aulas do Instituto de Artes, por exemplo, está sendo prejudicada. Lá tem uma
25 situação crítica, que todos conhecem, mas tem certeza de que isso, de certa forma, é um
26 problema de várias unidades. Na FEA pelo menos é, então solicita que pensem nisso. O senhor
27 THIAGO BALDINI DA SILVA diz, respondendo ao professor Fernando Hashimoto, que hoje
28 trouxeram apenas uma atualização do PPI, sem trazer novos investimentos. Vinham
29 acumulando recursos há dois anos, mas no orçamento de 2023 isso muda e hoje já não estão
30 mais acumulando recursos. Pelo contrário, já estão gastando os recursos que estão na reserva.
31 Já gastaram R\$26 milhões, já gastaram parte desse PPI, e comparando com o final de 2022, já
32 são R\$100 milhões a menos na reserva. Achrom que passar desses R\$80 milhões de recursos
33 livres significa reaprovar algo que já haviam aprovado no Consu. Então, deixar de reservar três
34 folhas, passar para duas, diminuir o recurso da moradia, diminuir o recurso das obras que estão
35 aprovadas ou das unidades, qualquer uma dessas decisões que signifique passar dos R\$84
36 milhões exigiria aprovação na COP e até no Consu. Até por isso, decidiram dar ciência para a
37 Universidade de toda a situação. Observa que as três folhas estão dando o valor de R\$790
38 milhões, em 2024 já estão com o orçamento que hoje prevê um déficit inicialmente de R\$330
39 milhões, e se entrarem todas as despesas que já foram aprovadas pelo Consu, serão
40 aproximadamente mais R\$100 milhões de despesas. Entende as argumentações e demandas,

1 mas acha que, para entrar nessa conta, precisam entrar na situação orçamentária e pensar em
2 quanto está o déficit da Universidade, porque se todos os contratos se realizarem, as próximas
3 revisões vão indicar quase R\$400 milhões de déficit. Embora a reserva esteja separada do
4 orçamento, precisam olhar os dois lados, e observa que essa reserva também poderá ser usada
5 no futuro para fazer um contrabalanceamento no caso de movimentações de folha. Então devem
6 olhar de uma forma mais ampla para tomar essa decisão, conversar durante este mês e se for o
7 caso trazem isso na próxima COP e depois segue para o próximo Conselho Universitário. O
8 Professor HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que concorda com praticamente
9 tudo o que o senhor Thiago falou, mas observa que a lista da Depi vem com complementações
10 de obras anteriores, então já estão vislumbrando essa demanda, coisas que já foram assumidas,
11 e que demandam mais. Então certamente essas seriam prioridades dentro dessa questão de
12 reposicionamento de recursos. Por exemplo, o Museu de Artes Visuais tem diferença do valor
13 ao aprovado de R\$1,5 milhão, e está solicitando mais R\$2 milhões. Estão tendo uma
14 continuidade para conseguir honrar as obras que foram aprovadas anteriormente. O IA está mais
15 adiantado, já vai para a execução da obra, mas está solicitando para o IB execução do projeto
16 dos três prédios, são R\$40 milhões gastos ao longo de três anos, no mínimo. Então precisam
17 fixar essas marcas, e acha que a proposta da Depi está bem concatenada com o que o senhor
18 Thiago acaba de dizer, que é essa questão do arraste das demandas. O senhor JOSÉ LUIS PIO
19 ROMERA diz que, pelo que o senhor Thiago falou, terão esse mês para negociar. A demanda
20 do sindicato seria de, no máximo, R\$160 milhões, a demanda dos diretores na questão do PPI
21 é de cerca de R\$140 milhões, então seriam R\$300 milhões. Praticamente é uma redução de
22 meia folha, podem trazer e fazer o acordo, pagar o abono de R\$10 mil, o auxílio-saúde e incluir
23 essas obras que são emergenciais que já possuem expectativa de fazer. Tem pleno acordo, se
24 for encaminhado assim, estão atendidas as demandas que mencionou. O Professor
25 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que estava complicado antes,
26 agora complicou mais. As falas do professor Sarti e do senhor Thiago trouxeram posições
27 completamente diferentes, o que o deixou preocupado. A fala do professor Fernando é de que
28 vão seguir no PPI, que ainda tem R\$84 milhões, e a do senhor Thiago é de que tem R\$84
29 milhões, mas vai ter aumento salarial, vai ter negociação com o sindicato, ou seja, é uma coisa
30 ou outra. Pergunta qual a posição que levará para sua unidade. O SENHOR PRESIDENTE diz
31 que estão prestando conta dos dados do PPI. O senhor Thiago chamou a atenção de que esse
32 instrumento criado para as destinações do saldo foi tirado de dentro do orçamento, mas não se
33 pode fazer análise, nem do orçamento, nem do saldo, de forma desconectada. Eles não estão
34 dissociados. Obviamente, se tiverem um déficit de R\$300 milhões em 2024, isso vai ter que
35 sair das reservas, não tem como, sempre foi assim. A questão é sair de onde nas reservas; podem
36 tirar da reserva de segurança das três folhas, por exemplo. Não sabem se vai ser de R\$300
37 milhões o déficit; começaram o ano de 2023 achando que seria zero, chegaram em um momento
38 que, diante do comportamento da receita e da previsão de algumas despesas, inclusive
39 contratações, chegaram a pensar em um déficit de R\$270 milhões, que finalizou com R\$46
40 milhões. Começaram este ano com déficit de R\$300 milhões e aprovaram na COP e no

1 Conselho Universitário três contratos importantes que devem ser lembrados, um deles de
2 manutenção, que era uma demanda dos diretores. Vão contratar uma empresa que, sob a
3 coordenação da própria Universidade, vai poder fazer essas obras de manutenção ser realizadas
4 muito mais rapidamente, e isso é de interesse de todos os gestores aqui da Universidade, não só
5 os diretores. Então, esclarece ao professor Hashimoto que são coisas diferentes, o PPI continua,
6 mas em todas as decisões que o Consu vai tomar daqui para frente será papel da COP levantar
7 essas questões. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que sua ideia não foi contrapor a
8 fala do professor Sarti, apenas ressaltar que devem olhar o panorama geral. Respondendo ao
9 professor Hernandez, diz que quando foi divulgado o ofício da Depi para os diretores
10 mencionando os R\$81 milhões, não sabe se em algum momento foi falado que eles já tinham
11 mandado um documento em dezembro referente a R\$10 milhões de utilização de recursos do
12 PPI. Então, só nos itens da Depi já ultrapassa esses valores, observando que esses R\$10 milhões
13 que eles tinham solicitado, que precisam ser trazidos para discussão, se referem à atualização
14 de valores de obras aprovadas anteriormente. Porque não podem achar que obras aprovadas em
15 2022, não licitadas até 2024, vão permanecer com o mesmo valor. Então, eles já trazem uma
16 atualização de valores de quase R\$10 milhões, para manter aquelas aprovações. O que quis
17 dizer na sua outra fala foi que, se ultrapassarem os R\$84 milhões, precisam estar cientes de que
18 estão entrando em algum lugar, estão entrando em uma redução, seja redução da reserva de
19 segurança ou outros critérios. O professor Sarti mencionou os novos contratos, de manutenção,
20 limpeza, jardinagem, e neles consta a execução de um barracão pela própria empresa, mas a
21 Universidade precisa fazer a terraplanagem desse local onde vai ser construído. E essa
22 terraplanagem é algo que também vai ter que vir para o PPI. Das obras já aprovadas, há despesas
23 tanto para fazer as obras quanto para equipá-las, como é o caso do Cotuca e da FOP, cujas obras
24 estão sendo concluídas, porque não adianta construir um prédio e não colocar nenhum
25 equipamento dentro para que ele funcione. Então, tudo isso tem que ser tratado em um conjunto,
26 por isso não acharam que seria correto tomar essas decisões, passar os R\$84 milhões, que é o
27 que podiam mandar sem nenhuma alteração da COP, sem dar um panorama geral disso. Vão
28 trazer tudo para conversar, o que não quer dizer que vão aprovar tudo. Não havendo mais
29 observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a prestação de contas do PPI, que
30 é aprovada por unanimidade. Passa ao item 03 – 01-P-18408/2017 –, que trata da alteração do
31 quantitativo de Gratificações de Representação (Anexo II da Deliberação Consu-A-16/2019)
32 decorrente da aprovação das certificações da DGRH, Prefeitura, PRG, SG, Deape, Deepu,
33 Detic, PG, e considerando as propostas de certificações a serem submetidas à Câmara de
34 Administração (Depi, PRPG, PRDU e DAC). Lembra que quando apenas alteram o quantitativo
35 de GRs para funções já existentes na Universidade, isso tem sido aprovado no âmbito da CAD.
36 Quando algum órgão solicita a criação de uma nova função que exige alteração da Deliberação
37 Consu-A-16/19, isso tem ido para o Consu, para primeiro criar essa função, para depois atribuir
38 quantitativos de gratificações em relação a essa função. Então o que está aqui hoje em pauta é
39 o que os quantitativos já certificados representariam de aumento de recursos no orçamento. O
40 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o documento impresso que foi distribuído faz

1 um ajuste na penúltima página da Informação Aeplan: a certificação da Secretaria Geral, já
2 aprovada pela CAD, aparece nos documentos anteriores como criação de duas GRs para
3 supervisor de seção, mas na verdade ele não tem na certificação geral. Então destaca que na
4 votação, e para seguir para a CAD, vai ser com apenas uma GR e não duas como está citada no
5 documento original da pauta. Trouxe essa modificação para ciência da COP, e para a CAD vai
6 mudar os arquivos de documentação que dão origem à Informação Aeplan também. Tinha um
7 supervisor de seção a mais, mas observa que na tabela da deliberação está correta a quantidade,
8 os 10 supervisores de sessão, porque não existe aquele que estava na certificação. O SENHOR
9 PRESIDENTE diz que no primeiro semestre vão chegar também as certificações das unidades
10 de ensino, todos os diretores já entregaram, o comitê já analisou, e trarão para a CVND e para
11 a CAD ao longo do semestre. O Professor ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA pergunta se
12 quando a PRDU faz a avaliação das gratificações que estão sendo adicionadas, ela considera
13 uma porcentagem máxima, para tirarem como base, se houver algum paralelo com as unidades.
14 O SENHOR PRESIDENTE responde que quem trata da certificação com os órgãos é um comitê
15 *ad hoc*, composto por várias áreas da Universidade. Ele entra em contato com o órgão a ser
16 certificado, que tem o seu pleito, o comitê senta e discute, depois disso a PRDU se manifesta.
17 Não há como ter um único balizador, porque há desde questões de órgãos que estão sendo
18 criados praticamente do zero, situações de órgãos que assumiram funções novas, atividades
19 novas, e portanto isso leva muitas vezes à concessão de mais gratificações, e há órgãos que de
20 repente estão praticamente com as mesmas funções, as mesmas atividades, e portanto a
21 demanda é menor. Para informar um número, hoje tem girado, em termos percentuais, em algo
22 em torno de 20%. Mas isso é uma média; a Deas, por exemplo, assumiu novas atividades, e ela
23 teve um percentual superior a esse. A Deape, que foi recém-criada, saiu de dentro da PRG e
24 criou também uma nova função, então teve um aumento. A DGA assumiu uma função nova,
25 que é a centralização de compras, então tiveram que reestruturá-la praticamente inteira, e a
26 porcentagem ficou em torno de 47%. Apresentou dados na CAD que apontam uma redução nos
27 gastos, que hoje estão girando, em termos de potencial, em alguma coisa próxima de R\$4,5
28 milhões ao mês, em termos de gratificações. Terão que multiplicar isso por 12, e é potencial
29 porque são aproximadamente 1.500 gratificações, e se houver gratificações já incorporadas,
30 podem não receber o valor cheio. Então, o que fazem é multiplicar esses 1.500 pelo valor de
31 cada gratificação, e com isso chegam nesse valor de R\$4,5 milhões e meio, mas sabem que
32 efetivamente se gasta menos do que isso por conta dessas gratificações incorporadas. O corte
33 que houve de 30% nas GRs no passado ainda estão longe de recuperar, mas observa que houve
34 um ganho de eficiência na Universidade, com a informatização de vários processos, dos
35 sistemas, o que tem permitido que atuem com um número menor de servidores, e mesmo as
36 funções exercidas por servidores docentes e não docentes estejam sendo feitas de forma mais
37 ágil e eficiente. Então isso tudo muda em relação ao que era dez anos atrás, vinte anos atrás.
38 Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade.
39 Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, passa a palavra aos membros que queiram se
40 manifestar no Expediente. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que

1 há uma obra acontecendo na pracinha entre o PB e o CB, e chama a atenção para o fato de que
2 não está bem sinalizado o local onde os pedestres podem cruzar ali. Ela, assim como muitos,
3 atravessa ali para passar entre o CB e PB, há as faixas, e da forma como estavam ontem,
4 conseguiram chegar até uma fita. E depois precisam andar pela mata mesmo, e está crescida a
5 grama; ontem, quando passou, junto com vários alunos, tinha um arame escondido na grama.
6 Pisou no arame, ele pulou para trás e quase atingiu o aluno. Então, é bom tomar cuidado com
7 essas sinalizações, porque está caindo material fora, isso é perigoso. Ou não entram direto,
8 fecha a passarela, o caminho, e vão por fora; pediu para o pessoal sinalizar e manter o material
9 descartado dentro do local, porque não veem ao pisar na grama, já que ela está alta. Então,
10 solicita um pouco mais de atenção para quem está controlando a obra, que é para gerar
11 melhorias, não problemas. Sabe que a COP não é o espaço para fazer essa solicitação, mas vai
12 falar a mesma coisa na CAD, em todos os lugares até que consiga ter uma atenção para isso,
13 pois é um local onde transitam muitas pessoas. O SENHOR PRESIDENTE diz que vão levar a
14 questão aos órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa,
15 redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de
16 Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 29 de fevereiro de 2024.